

23 JUN 1992

# O País tem pressa Econ. Brasil

As violentas oscilações registradas nas bolsas de valores — as cotações das ações mais negociadas ora despencam ora explodem — retratam a inquietação do mercado financeiro, considerado o termômetro mais sensível dos humores dos agentes econômicos em geral. Aos fatores de caráter essencialmente econômico-financeiro que produzem as oscilações normais dos preços das ações somam-se neste momento as incertezas políticas que, geradas pelas denúncias do empresário Pedro Collor de Mello, crescem à medida que a CPI do caso PC Farias prolonga seus trabalhos.

No mercado acionário, na semana passada, a um dia de queda recorde seguiu-se outro de alta também recorde, sem que houvesse — como continua não havendo nesta semana — nenhuma indicação de como poderão ser os próximos pregões. É essa sensação de insegurança que, espalhando-se para outros segmentos da economia, provoca desalento entre os que querem continuar trabalhando pelo País e vai reduzindo o ritmo da produção e limitando a capacidade de ação do governo, enfraquecido na negociação das grandes reformas de que o País necessita para sair da crise o mais depressa possível. Foi o que se viu no caso do projeto de reforma fiscal. Com o adiamento, para 1995, da vigência do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a reforma do sistema tributário fica sem uma de suas peças mais importantes.

O governo não considera uma derrota o adiamento da vigência do IVA. Argumenta que, mesmo sem esse imposto, é possível obter, em 1993, uma receita adicional equivalente a 3,5% do PIB. Isso pode ser considerado um ajuste fiscal, mas está longe de ser uma reforma fiscal, como aquela que o governo vinha anunciando, para simplificar o sistema tributário, redistribuir encargos entre os três níveis de go-

verno e aliviar a produção. Um ajuste pode ser — e neste caso, deverá ser — conseguido basicamente com novos impostos. Mas fica para depois a reforma estrutural que permitiria ao governo equilibrar de maneira permanente as contas públicas e ao setor privado retomar os investimentos sem o peso excessivo dos impostos.

Resta ao governo, neste momento em que a inflação parece recuperar fôlego, apertar ainda mais a política monetária, baseada no rígido controle da quantidade de dinheiro em circulação e na manutenção de altas taxas de juros. Ao inibir o consumo e a formação de estoques — e, por consequência, a atividade econômica —, essa política tem conseguido evitar a aceleração da inflação, que, no entanto, permanece numa faixa indecentemente alta, apesar da recessão, das perdas salariais, do desemprego.

No Exterior também o quadro piora. Na semana passada, a cotação dos papéis da dívida externa brasileira negociados nos mercados secundários da Europa e dos Estados Unidos chegou a cair quase 25%. Depois houve uma recuperação, mas mesmo assim os papéis chegaram ao final da semana valendo cerca de 10% menos do que valiam no início. Para os investidores brasileiros que operam com regularidade nesses mercados foi uma semana de emoções. Mas, para os estrangeiros que, nos últimos meses, vinham investindo maciçamente no mercado brasileiro, foi uma semana de apreensões.

São as consequências do caso PC. As investigações policiais devem ser aceleradas, assim como o trabalho da CPI, para que a paralisia não continue a se espalhar pelo organismo econômico, já debilitado pela profunda recessão.

O País exige pressa, porque o fôlego está acabando.